



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

1ª VARA CRIMINAL DOS FEITOS RELATIVOS A ENTORPECENTES DA CAPITAL

HABEAS CORPUS Nº 296.270-7

IMPETRANTE: RAPHAELLA ABREU CARNEIRO CAMPELLO

PACIENTE: LUIZ EDUARDO DA SILVA RAMOS

IMPETRADO: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DOS FEITOS RELATIVOS A ENTORPECENTES DA CAPITAL

RELATOR: DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

PROCURADOR DE JUSTIÇA: FRANCISCO EDILSON DE SÁ JÚNIOR

EMENTA: PROCESSUAL PENAL - HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. Paciente denunciado pela prática dos crimes de tráfico ilícito de entorpecentes e de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido. Alegação de desobediência ao art. 306, § 1º do Código de Processo Penal. Inocorrência. Segregação comunicada no prazo de 24 horas. Segregação que excedeu o prazo da prisão temporária. Insubistência. Inexistência de decretação de prisão temporária. Ordem Denegada. Prisão em flagrante. Constatação de Inércia quanto às providências previstas no art. 310 do Código de Processo Penal. Constrangimento ilegal evidenciado. Concessão ex-officio da liberdade provisória, sem pagamento de fiança. Imposição das medidas cautelares previstas no art. 319, I e IV do CPP. **ORDEN DENEGADA. CONCESSÃO DE OFÍCIO DE HABEAS CORPUS. DECISÃO UNÂNIME.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus nº 296270-7, da 1ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes da Capital, em que figuram como partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por decisão unânime, DENEGAR a presente ordem e, de ofício CONCEDER Habeas Corpus ante a inércia quanto às providências do art. 310 do CPP, tudo consoante consta do relatório, voto e notas taquigráficas em anexo, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 12 de 03 de 2013.

Des. Leopoldo de Arruda Raposo
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

1º VARA CRIMINAL DOS FEITOS RELATIVOS A ENTORPECENTES DA CAPITAL

HABEAS CORPUS Nº 296.270-7

IMPETRANTE: RAPHAELLA ABREU CARNEIRO CAMPELLO

PACIENTE: LUIZ EDUARDO DA SILVA RAMOS

IMPETRADO: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DOS FEITOS RELATIVOS A ENTORPECENTES DA CAPITAL

RELATOR: DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

PROCURADOR DE JUSTIÇA: FRANCISCO EDILSON DE SÁ JÚNIOR

RELATÓRIO

Trata-se de Habeas Corpus Liberatório, com pedido de liminar, impetrado por Raphaella Abreu Carneiro Campello em favor de LUIZ EDUARDO DA SILVA RAMOS, já devidamente qualificado nos autos, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes da Capital.

Consta dos autos que no dia 01.12.2012, por volta das 10:30hs, uma equipe da polícia civil estava em diligência no bairro da Torre, nesta cidade, quando observaram o paciente agindo de maneira suspeita.

Os policiais deram voz de parada ao paciente, oportunidade na qual este empreendeu fuga e, ao ser perseguido, restou preso em flagrante no interior de sua residência por ter sido encontrado com crack e maconha, bem assim com um revólver 38, 08 (oito) munições do mesmo calibre e 04 (quatro) munições de pistola 380.

A impetrante aduz que os policiais violaram o direito de domicílio do paciente, pois teriam arrombado a porta de entrada da sua residência. Outrossim, alega que o Poder Judiciário teria sido notificado sobre a prisão do paciente após o prazo de 24 horas, infringindo o art. 306, § 1º do CPP.

Defende que a segregação teria excedido o prazo de 05 (cinco) dias, prorrogável por igual período, da prisão temporária, estando ilegal desde o dia 10.12.2012 a manutenção em cárcere do paciente.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Entende inexistir motivos para a manutenção da segregação, ressaltando a primariedade, os bons antecedentes e a residência fixa do paciente. |

Requer o deferimento do pedido via liminar, com o consequente relaxamento da prisão e a expedição do Alvará de Soltura em favor do paciente.

A inicial veio acompanhada de documentos (fls. 06/20).

A Relatora Convocada indeferiu o pedido liminar (fls. 27/28), ocasião na qual foram requisitadas informações à autoridade apontada coatora, através do Ofício nº 53/2013 – DCr/SI/1ªCC, de 06 de fevereiro de 2013 (fl. 32).

A autoridade impetrada ofereceu informações, através do Ofício nº 2013.0134.000836, datado de 19 de fevereiro de 2013, permitindo-nos observar o andamento do feito até a referida data (fls. 35/36).

Instada a se manifestar, a Douta Procuradoria de Justiça ofereceu Parecer opinando pela denegação da ordem (fls. 46/48). |

É o relatório.

Recife, 12 de 03 de 2013.


Des. Leopoldo de Arruda Raposo
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

1ª VARA CRIMINAL DOS FEITOS RELATIVOS A ENTORPECENTES DA CAPITAL

HABEAS CORPUS Nº 296.270-7

IMPETRANTE: RAPHAELLA ABREU CARNEIRO CAMPELLO

PACIENTE: LUIZ EDUARDO DA SILVA RAMOS

IMPETRADO: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DOS FEITOS RELATIVOS A ENTORPECENTES DA CAPITAL

RELATOR: DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

PROCURADOR DE JUSTIÇA: FRANCISCO EDILSON DE SÁ JÚNIOR

VOTO

Como consignado no relatório, a impetrante alega que o paciente sofre constrangimento ilegal em razão de o Poder Judiciário ter sido cientificado do flagrante após o prazo de 24 horas, infringindo o art. 306, § 1º do CPP. Outrossim, entende que a segregação do paciente teria excedido o prazo da prisão temporária.

Das informações prestadas pela autoridade impetrada, extrai-se que o paciente foi preso em flagrante no dia 01.12.2012, tendo a magistrada plantonista conhecimento do fato em 02.12.2012, oportunidade na qual não concedeu a liberdade provisória ante a ausência dos pressupostos autorizativos.

No dia 07.01.2013, o Órgão Ministerial ofereceu a inicial acusatória, imputando ao paciente a prática dos delitos previstos no art. 33 da Lei nº 11.343/2006 (tráfico ilícito de entorpecentes) e no art. 14 da Lei nº 10.826/2003 (porte ilegal de arma de fogo de uso permitido). Informa, ainda, que em 12.12.2012 a defesa protocolou pedido de relaxamento de prisão em flagrante, tendo a autoridade impetrada, no dia 19.02.2013, determinado a notificação do paciente para apresentar defesa prévia e, após, vistas ao Ministério Público para se manifestar acerca do aludido relaxamento.

Do exposto, não merece guarida a assertiva de que a comunicação do flagrante teria excedido o prazo de 24 horas previsto no art. 306, § 1º do Código de Processo Penal. Como bem realçou a autoridade impetrada, o paciente foi preso em flagrante no dia



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

01.12.2012, tendo a magistrada plantonista se manifestado acerca da segregação em 02.12.2012 (fl. 41).

Da mesma forma, restam fragilizados os argumentos da impetrante no sentido de que a segregação teria excedido o prazo da prisão temporária. Compulsando os autos, verifica-se que o paciente está recolhido em virtude de prisão em flagrante, sendo, desta maneira, desarrazoado alegar que a segregação ultrapassou o prazo da temporária.

Por oportuno, ressalte-se que inexistente violação arbitrária de domicílio quando há situação de flagrante delito em crime permanente, sendo lícito aos agentes policiais ingressarem no interior do domicílio a fim de fazer cessar a prática delitiva, como ocorreu no presente caso.

E mais: de acordo com a Súmula nº 86 deste Egrégio Tribunal de Justiça: *As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva.*

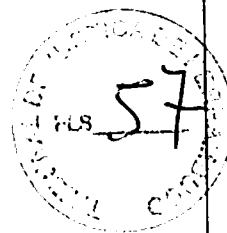
Entretanto, com a entrada em vigor da Lei nº 12.403/11, o magistrado, ao receber o auto de prisão em flagrante, deve imediatamente relaxar a prisão ilegal ou, estando ela amparada pela legalidade, convertê-la em preventiva, se presentes os requisitos do art. 312 do CPP, ou conceder a liberdade provisória, se ausentes os referidos elementos.

Por oportuno, transcrevo o art. 310 do Código de Processo Penal:

Art. 310. Ao receber o auto de prisão em flagrante, o juiz deverá fundamentadamente: (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

I - relaxar a prisão ilegal; ou (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

II - converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do art. 312 deste Código, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão; ou (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

III - conceder liberdade provisória, com ou sem fiança. (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

Parágrafo único. Se o juiz verificar, pelo auto de prisão em flagrante, que o agente praticou o fato nas condições constantes dos incisos I a III do caput do art. 23 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, poderá, fundamentadamente, conceder ao acusado liberdade provisória, mediante termo de comparecimento a todos os atos processuais, sob pena de revogação. (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

Ressalte-se que embora diligente, a autoridade coatora não conseguiu demonstrar, extirpe de dúvidas, a adoção das providências previstas no art. 310 do Código de Processo Penal.

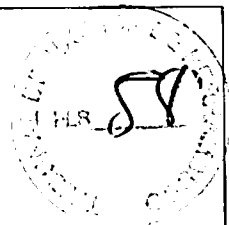
Analisando os autos, constata-se que ao receber a comunicação da prisão em flagrante, a magistrada plantonista apenas consignou não ser caso de concessão de liberdade provisória. Destarte, teve ciência da prisão em flagrante, mas não converteu em preventiva e nem fundamentou a razão de não ter concedido a liberdade provisória. Ou seja, manteve a prisão em flagrante à míngua da necessária fundamentação, olvidando da previsão do art. 310 do CPP.

Segundo o sistema de acompanhamento processual JUDWIN, em sintonia com as informações prestadas pela autoridade impetrada, após o oferecimento da denúncia inexistiu qualquer juízo de valor acerca da segregação do paciente.

Há nos autos originários somente um despacho exarado em 19.02.2013, determinando a notificação do paciente para oferecer defesa prévia e encaminhando os autos ao Órgão Ministerial a fim de se pronunciar acerca de um pedido de relaxamento da prisão em flagrante.

Desta forma, verifica-se que o flagrante não restou convertido em prisão preventiva, estando o paciente segregado ainda por força de prisão em flagrante.

Assim, o *status libertatis* do paciente está sendo maculado, infringindo o princípio da presunção de inocência e permitindo, de modo intolerável, que um indivíduo permaneça preso à



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

mingua de uma determinação judicial, em desconformidade com a Constituição Federal.

Não é razoável o paciente encontrar-se há mais de 03 (três) meses segregado sem nenhuma manifestação judicial que analise fundamentadamente a possibilidade de concessão de liberdade provisória ou de conversão do flagrante em preventiva.

Corroborando esse entendimento, as seguintes ementas de decisões judiciais:

EMENTA: HABEAS CORPUS - TENTATIVA DE HOMICÍDIO - PRISÃO EM FLAGRANTE MANTIDA SEM O NECESSÁRIO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 310, DO CPP - ILEGALIDADE - PRISÃO RELAXADA - ORDEM CONCEDIDA.

- **Configura constrangimento ilegal a manutenção da prisão em flagrante pela autoridade judicial que ao receber o APFD não toma uma das providências previstas no art. 310, do Código de Processo Penal.**

v.

v.

HABEAS CORPUS - HOMICÍDIO NA MODALIDADE TENTADA - PRISÃO EM FLAGRANTE - DELONGA PARA A HOMOLOGAÇÃO - MERA IRREGULARIDADE - PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA - REVOGAÇÃO DA PRISÃO - DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA - NECESSIDADE DA CUSTÓDIA CAUTELAR DA PACIENTE - ORDEM DENEGADA.

I - Uma vez que a prisão preventiva já fora decretada, não há que se falar em constrangimento ilegal sofrido pela paciente, encontrando-se este, inclusive, superado.
II - Presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva, a manutenção da custódia da paciente é medida que se impõe, mormente tratando-se de delito doloso e em razão do modus operandi que envolveu a empreitada criminosa, praticada, em tese, contra sua própria filha, uma criança de apenas três meses.

(TJMG - Habeas Corpus 1.0000.12.091583-0/000, Rel. Des.(a) Adilson Lamounier, 5ª CÂMARA CRIMINAL, julgamento em 28/08/2012, publicação da súmula em 03/09/2012). Grifei.



59

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PACIENTE PRESO HÁ MAIS DE 5 MESES. AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE NÃO HOMOLOGADO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. Com as alterações legislativas oriundas da Lei 12.403/2011, o juiz, ao receber o auto de prisão em flagrante, deve imediatamente relaxar a prisão ilegal, ou, verificando estar ela amparada pela legalidade, convertê-la em preventiva, quando presentes os requisitos do art. 312, do CPP, ou conceder a liberdade provisória, quando ausentes estes mesmos elementos.

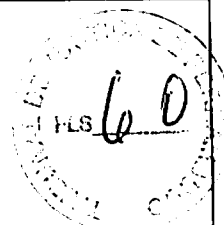
2. Dessa forma, resta evidente a ilegalidade da prisão do paciente, uma vez que este se encontra constrangido há mais de 5 (cinco) meses em virtude de um auto de prisão em flagrante, sem que tenha sido analisada a possibilidade de concessão de liberdade provisória ou de conversão em preventiva.

3. Ordem de habeas corpus concedida de ofício. (TJAM - HABEAS CORPUS nº 2012.000143-2, Rel. DESª CARLA MARIA SANTOS DOS REIS, 1ª Câmara Criminal, julgado em: 09/04/2012). Grifei.

Sendo assim, uma vez carente de fundamentação plausível a manutenção da custódia cautelar, esta passa a constituir execução antecipada da pena, configurando constrangimento ilegal.

Portanto, imbuído do espírito do legislador pátrio no sentido de considerar a prisão como ultima ratio, isto é, necessária apenas quando evidenciada a ineficácia de outros meios menos drásticos, entendo que, no caso, deve ser concedida ao paciente a liberdade provisória, sem fiança, com a imposição de medida cautelar diversa da prisão, como bem dispõe o atual art. 321 do CPP:

Art. 321. Ausentes os requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva, o juiz deverá conceder liberdade provisória, impondo, se for o caso, as medidas cautelares previstas no art. 319 deste Código e observados os critérios constantes do art. 282 deste Código. (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Quanto às medidas cautelares a serem impostas no caso, é importante ter em mente que, de acordo com o art. 282 do CPP (cuja redação também foi ofertada pela Lei nº 12.403/11), as cautelares devem ser aplicadas observando-se: 1) a necessidade para aplicação da lei penal, para investigação ou a instrução criminal e para evitar a prática de infrações penais; 2) a adequação da medida à gravidade do crime, às circunstâncias do fato e condições pessoais do indiciado ou acusado.

Assim, dentre as medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP, entendo que, na espécie, faz-se pertinente aplicar as seguintes medidas:

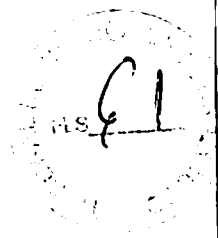
- Comparecimento periódico em juízo no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades;
- Proibição de ausentar-se da Comarca, a fim de que o Juízo a quo possa contar com a presença do paciente durante a instrução criminal.

Por fim, arrematando tudo o que foi dito, destaco os seguintes julgados:

STJ: HABEAS CORPUS. ART. 3º, II, DA LEI nº 8.137/90, E ART. 325, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. PROBABILIDADE DE REITERAÇÃO DELITIVA. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA.

1. A jurisprudência desta Corte tem proclamado que a prisão cautelar é medida de caráter excepcional, devendo ser imposta, ou mantida, apenas quando atendidas, mediante decisão judicial fundamentada (art. 93, IX, da Constituição Federal), as exigências do art. 312 do Código de Processo Penal. Isso porque a liberdade, antes de sentença penal condenatória definitiva, é a regra, e o encarceramento provisório, a exceção, como têm insistido esta Corte e o Supremo Tribunal Federal em inúmeros julgados, por força do princípio da presunção de inocência, ou da não culpabilidade.

2. Não se ignora, na hipótese, o grau de reprovabilidade da acusação que recai sobre o paciente. Contudo, a prisão preventiva não tem



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

natureza da antecipação de pena, mas se trata de medida de natureza processual, que não dispensa o preenchimento de seus pressupostos legais, traduzidos por intermédio de fundamentação idônea, concreta.

3. No caso, não há como manter a custódia do paciente, amparada que está na mera probabilidade de reiteração criminosa, em razão do cargo que ocupa.

4. Com efeito, não disse concretamente o juiz primevo de que forma a liberdade do paciente colocaria em risco a ordem pública ou a conveniência da instrução criminal ou a aplicação da lei penal, não custando salientar que expressões do tipo "poderá influenciar testemunhas", "poderá fugir", "poderá interferir em investigações" consubstanciam, em si mesmas, mero exercício de conjectura, enunciações da íntima convicção do magistrado, repudiadas no Estado Democrático de Direito, que consagra o princípio do livre convencimento motivado.

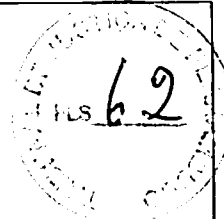
5. Impende salientar que a instrução processual já se encerrou, caindo por terra eventual temor de influência do réu sobre as provas a serem produzidas em juízo.

6. Observe-se que o eventual afastamento cautelar do paciente do cargo constituiria medida suficiente para estorvar o receio de interferência em processo administrativo disciplinar, nos termos do art. 147 da Lei nº 8.112/90.

7. Ordem concedida.

(STJ - HC 135666 / RJ. Relator: Ministro Og Fernandes. Sexta Turma. DJe 28/03/2011). Grifei.

HABEAS CORPUS. TENTATIVA DE FURTO SIMPLES. PRISÃO EM FLAGRANTE. PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. NEGATIVA DO PEDIDO NO JUÍZO A QUO ANTE A PRESENÇA DE ANOTAÇÕES NA CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS. POSSIBILIDADE DE REITERAÇÃO DELITIVA. LEI 12.403/2011. REQUISITOS INSTRUMENTAIS PARA A PRISÃO PREVENTIVA: PENA COMINADA SUPERIOR A QUATRO ANOS E REINCIDÊNCIA. PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO E DA NECESSIDADE. OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES SUFICIENTES NA ESPÉCIE.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

COMPARECIMENTO PERIÓDICO EM JUÍZO E PROIBIÇÃO DE AUSENTAR-SE DA COMARCA. ORDEM CONCEDIDA PARA CONFERIR AO PACIENTE A LIBERDADE PROVISÓRIA CUMULADA COM DUAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. 1. Hipótese em que o paciente está sendo acusado da prática de crime de furto tentado, cuja pena máxima cominada não é superior a quatro anos, não preenchendo, portanto, o requisito do artigo 313, I do Código de Processo Penal. 2. Não sendo o paciente reincidente pela prática de crime doloso, nos moldes do artigo 64 do Código Penal, não há o requisito instrumental para a decretação da prisão preventiva, exigido pelo artigo 319, II do Código de Processo Penal. 3. **A Lei 12.403/2011, que alterou substancialmente o sistema das prisões no Código de Processo Penal, prevê de forma expressa o princípio da proporcionalidade, composto por dois outros, quais sejam: adequação e necessidade.** 4. **A prisão preventiva, espécie de medida cautelar, passou a ser exceção na sistemática processual, dando, o quanto possível, promoção efetiva ao princípio constitucional da não-culpabilidade.** 5. **Possível a aplicação de outras medidas cautelares, a prisão deve ser evitada.** 6. Ordem concedida para conferir ao paciente a liberdade provisória, com a imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

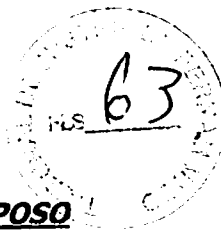
(TJMG - HC nº 0359015-04.2011.8.13.0000. Relator: Des. Marcílio Eustáquio Santos. Publicado em 03/08/2011). Grifei.

HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA EM REGIME DOMICILIAR. PACIENTE DEBILITADO FISICAMENTE. DELITO DE INCÊNDIO. REVOGAÇÃO DA MEDIDA POR AUSÊNCIA DE ADEQUADA FUNDAMENTAÇÃO. APLICAÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR DIVERSA DA PRISÃO (ART. 319, III, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL). Ordem concedida parcialmente. (Habeas Corpus Nº 70051013944, Quarta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marco Antônio Ribeiro de Oliveira, Julgado em 22/11/2012). Grifei.

Diante de tais considerações, voto pela denegação da ordem, por reputar inexistentes as ilegalidades mencionadas na inicial do



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230



writ. Lado outro, com espeque no art. 647 c/c o art. 654, § 2º, ambos do CPP, voto para conceder ex-officio habeas corpus a fim de outorgar ao paciente LUIZ EDUARDO DA SILVA RAMOS a liberdade provisória, sem fiança, impondo, entretanto, as medidas cautelares previstas no art. 319, I e IV do Código de Processo Penal.

Expeça-se o competente Alvará de Soltura (restrito ao processo nº 0191827-35.2012.8.17.0001) em favor do paciente, devendo o mesmo comparecer no primeiro dia útil após sua soltura no Juízo a quo, a fim de prestar termo de compromisso de comparecimento a todos os atos processuais, sob pena de nova custódia, e, ainda, para que sejam tomadas as providências cabíveis quanto ao implemento das cautelares aplicadas.

Por fim, ressalto que as medidas cautelares impostas funcionarão como uma espécie de "período de prova preventivo" durante o processo. O descumprimento de obrigações impostas renderá ensejo ao decreto prisional, nos termos dos arts. 282, § 4º, e 312, parágrafo único, ambos do CPP.

Oficie-se o Juízo singular, comunicando-lhes o teor da decisão em comento.

Destaco que, advindo fatos novos, nada impede que o Juízo a quo decrete nova custódia do paciente, desde que fundamentadamente.

É como voto.

Recife, 12 de 03 de 2013.

Des. Leopoldo de Arruda Raposo
Relator